

A EPISTEMOLOGIA EVOLUCIONISTA DE GRIFFITHS E WILKINS E O PROBLEMA DO CETICISMO GLOBAL

GRIFFITHS AND WILKINS EVOLUTIONARY EPISTEMOLOGY AND THE PROBLEM OF GLOBAL SKEPTICISM

Mariana Marques Burkle¹

Resumo: as implicações da teoria evolutiva em epistemologia ganharam força após o movimento de naturalização da epistemologia realizado por Quine. Contudo, a visão evolucionista da epistemologia enfrentou um forte desafio trazido pela objeção de Plantinga (2011), que apontava que a epistemologia evolucionista era inviável por levar a um tipo de ceticismo global. O objetivo principal do presente artigo é apresentar a formulação da epistemologia evolucionista de Griffiths e Wilkins (2015), e como o desafio de Plantinga é superado. Para realizar tal objetivo, evidenciaremos como os autores reconectam as noções de verdade e sucesso prático em seu princípio metaepistemológico da Ponte de Milvian. O objetivo secundário do presente artigo, por sua vez, é apresentar a objeção desenvolvida por Christos Kyriacou (2016, 2017), que por uma estratégia diferente da utilizada por Plantinga, visa mostrar que a perspectiva de Wilkins e Griffiths se autorrefuta e, novamente, recai em um problema de ceticismo global.

Palavras-chave: Epistemologia evolucionista. Princípio da Ponte de Milvian. Verdade. Ceticismo Global.

Abstract: the implications of evolutionary theory in epistemology had gain strenght after Quine's naturalization movement of epistemology. However, the evolutionist view of epistemology faced a strong challenge brought up by Plantinga's objection (2011), which pointed out that evolutionary epistemology was unfeasible because it leads to a kind of global skepticism. The main objective of this paper is to present the formulation of the evolutionary epistemology of Griffiths and Wilkins (2015), and how Plantinga's challenge is overcome. To accomplish this goal, we will show how the authors reconnect the notions of truth and pragmatic success in their metaepistemological principle of the Milvian Bridge. The second objective of this article is to present the objection developed by Christos Kyriacou (2016, 2017), who, by a different strategy from that used by Plantinga, aims to show that the perspective of Wilkins and Griffiths self-refutes and, again, falls into a problem of global skepticism.

Key-words: Evolutionary Epistemology. Milvian Bridge Principle. Truth. Global Skepticism.

1 Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: mariana.burkle@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A explicação darwiniana dos seres humanos como criaturas moldadas pela seleção natural gera fortes implicações em filosofia, especialmente no período posterior aos escritos de Quine e a implementação da naturalização da epistemologia. Contudo, durante certo período, uma visão biológica da faculdade cognitiva foi rejeitada por aparentemente conduzir a um tipo de ceticismo global. Esta visão foi formalizada no famoso argumento de Alvin Plantinga (2011), o “Argumento Evolucionista contra o Naturalismo em Epistemologia”. Em linhas gerais, neste argumento Plantinga mostra que uma visão evolutiva da faculdade cognitiva mostraria que nossas crenças não são adotadas por serem verdadeiras, mas por serem úteis adaptativamente. Nenhuma faculdade cognitiva seria considerada confiável, sendo sempre submetida a uma força maior do que a verdade e a precisão: a sobrevivência.

Sendo assim, o propósito do presente artigo é analisar a epistemologia evolucionista desenvolvida por Griffiths e Wilkins (2015), baseada nos Argumentos Desmanteladores Evolutivos (*Evolutionary Debunking Arguments*) e no princípio epistemológico da Ponte de Milvian. A partir destes dois recursos explicativos, os autores mostram como a aptidão reprodutiva (ou utilidade adaptativa) não é uma concorrente da detecção da verdade e da precisão (como pensado por Plantinga), mas que a verdade é uma forma de aumentar nossa aptidão reprodutiva. Deste modo, em um primeiro momento, desenvolveremos o argumento de Plantinga, bem como as visões empíricas que estão implícitas e sustentam tal argumento que inviabiliza uma perspectiva evolucionista em epistemologia (devido ao ceticismo global). Após, em um segundo momento, mostraremos como Griffiths e Wilkins superam o desafio levantado por Plantinga, e, possivelmente, conseguem implementar uma teoria evolucionista em epistemologia. Isto será realizado em alguns passos.

Primeiramente, evidenciaremos como a detecção de verdade e aptidão reprodutiva não se tratam de concorrentes explicativos em um mesmo nível, mas explicações complementares em níveis diferentes. Após, estabeleceremos o Princípio da Ponte de Milvian, o princípio epistemológico que mostra que a detecção de verdade é conectada com o sucesso reprodutivo, existindo uma “ponte” que liga a detecção da verdade com o sucesso reprodutivo (em alguns casos). Explicaremos como o princípio da Ponte de Milvian guia os Argumentos Desmanteladores Evolutivos: argumentos que partem de algumas evidências da teoria evolutiva acerca da genealogia das faculdades cognitivas (morais, religiosas, científicas, etc.) e apontam para conclusões acerca do status de justificação das crenças produzidas por estas faculdades. Em seguida, esclareceremos o ponto da detecção de verdade (essencial para a formulação dos Argumentos Desmanteladores Evolutivos), que Wilkins e Griffiths parecem deixar em aberto. Por fim, analisaremos a aplicação do princípio da ponte de Milvian em dois domínios do conhecimento: as crenças do senso comum e as crenças morais.

Além disso, analisaremos o desafio do “autodesmantelamento”, levantado para todas as epistemologias evolucionistas por Christos Kyriacou (2016, 2017), inclusive para a formulação de Griffiths e Wilkins. Assim, Kyriacou irá levantar duas objeções de autorrefutação geradas pelo Princípio da Ponte de Milvian, fazendo com que as visões evolucionistas da epistemologia recaiam, novamente, em um tipo de ceticismo global que as inviabilizaria.

2. PONTUANDO O PROBLEMA: O “CETICISMO EVOLUTIVO GLOBAL”

A visão de que a evolução não produz sistemas cognitivos confiáveis foi amplamente defendida por filósofos e psicólogos ao longo do século XX. Para Griffiths e Wilkins (2015, p.3) esta visão se sustenta em duas posições teóricas: a) a crença geral de que a seleção natural não tem nenhum objetivo de atingir a verdade, apenas o sucesso reprodutivo. Consequentemente, infere-se dessa visão que as faculdades cognitivas são selecionadas simplesmente por serem *uteis* em nosso passado ancestral para fins adaptativos, e não porque se tratam de mecanismos precisos para obtenção de verdade; b) a visão geral de que a seleção natural parece, muitas vezes, ter favorecido sistemas cognitivos não-confiáveis (*unreliable*), que contam com alto índice de erro em vez de sistemas cognitivos mais confiáveis, que eliminariam tais erros. Em linhas gerais, esta visão aponta que os seres humanos possuem resultados muito ruins em testes de raciocínio aparentemente fáceis, cometendo uma série de erros. Esses erros são tão difundidos e comuns que parecem fazer parte de nossa estrutura de raciocínio. Assim, “parece que os seres humanos formam crenças utilizando métodos heurísticos simples, mas não confiáveis do que métodos mais confiáveis e mais complexos de raciocínio” (GRIFFITHS; WILKINS, 2015, p.3, tradução nossa).

Com a junção das duas posições teóricas (a e b), extrai-se o seguinte argumento:

P1) A evolução não seleciona para a detecção de verdade, a não ser que a detecção de verdade coincida com a aptidão reprodutiva.

P2) O mecanismo formador de crenças mais adaptável nem sempre é aquele moldado para produzir a maior quantidade de crenças verdadeiras, ou crenças mais apuradas.

C) Logo, não devemos ter uma expectativa geral de que os organismos evoluídos irão detectar a verdade. (GRIFFITHS; WILKINS, 2015, p.3, tradução nossa)

Em outras palavras, a junção das visões a) e b) mina qualquer pressuposição de que os sistemas cognitivos evoluídos irão produzir crenças que em sua maior parte são verdadeiras. Esta visão fornece base para uma das principais versões de argumentação contra uma perspectiva evolutiva naturalizada da faculdade cognitiva: a desenvolvida por Alvin Plantinga (2011). Este argumento praticamente

levou a concepção de epistemologia evolutiva a uma posição insustentável em filosofia (como ocorreu com a ética evolucionista no século XIX²), pois concebia que a explicação evolutiva da faculdade cognitiva levaria a um tipo de “ceticismo evolutivo global” insustentável.

O Argumento Evolucionista contra o naturalismo de Plantinga constitui-se da seguinte forma (2011, p. 244): 1) a probabilidade das nossas faculdades cognitivas serem confiáveis, dado o naturalismo e a evolução, é realmente baixa [implicação direta das visões a) e b)]. 2) Se eu acredito tanto em uma visão naturalista quanto no evolucionismo, eu tenho um derrotador (*defeater*) para minha crença de que as minhas faculdades cognitivas são confiáveis. 3) Se eu tenho um derrotador para a minha crença de que minhas faculdades cognitivas são confiáveis, então eu tenho um derrotador para qualquer crença produzida por minhas faculdades cognitivas. 4) Implica-se diretamente de 3) que eu tenho um derrotador para minhas crenças de que o naturalismo e a teoria evolutiva são verdadeiros. 5) Logo, a minha crença de que o naturalismo e a teoria evolutiva são verdadeiros funciona como derrotador para a própria crença de que o naturalismo e a teoria evolutiva são verdadeiros, sendo autorrefutável. Se trata-se de um argumento autorrefutável, implica-se que o naturalismo e a teoria evolutiva não podem ser racionalmente sustentados ao mesmo tempo.

Em linhas gerais, a concepção da faculdade cognitiva como produto da seleção natural parece levar a um ceticismo global a qualquer tipo de crença produzida por esta faculdade, dado que a seleção natural não privilegia a verdade frente a utilidade. Sob este pano de fundo, Griffiths e Wilkins (2015, p.2) resgatam a epistemologia evolucionista, mostrando como a concepção de que a explicação evolutiva da faculdade cognitiva gera um tipo de ceticismo global repousa sob uma má compreensão do próprio processo evolutivo de tal faculdade.

2 Neste período, o darwinismo social buscava fazer prescrições no âmbito da moralidade a partir das considerações iniciais da teoria de Darwin. Assim, a teoria foi inviabilizada por sucumbir a dois desafios paradigmaticamente filosóficos colocados para as visões naturalistas: o “problema de Hume” e a “falácia naturalista”. De acordo com o problema de Hume, não se pode simplesmente realizar a passagem da linguagem do “é”, para a linguagem do “deve”. Em outras palavras, não é logicamente possível fazer a passagem da linguagem descritiva para a linguagem normativa. No caso em questão, não é logicamente possível “falar de fatos (como a evolução) para falar de moralidade e obrigação.” (RUSE, 1986, p.97, tradução nossa). De acordo com a falácia naturalista, por sua vez, não se pode derivar a moralidade do mundo natural, já que nenhuma característica do mundo natural pode ser equivalente ao bom. Contudo, esta visão é estritamente rejeitada pelos teóricos contemporâneos da ética evolucionista.

3. EVITANDO O CETICISMO EVOLUTIVO GLOBAL: O PRINCÍPIO DA PONTE DE MILVIAN

Na concepção de Griffiths e Wilkins (2015), o tipo de argumento presente nas visões a) e b), e sintetizado no argumento de Plantinga (2011) repousa em uma má compreensão do processo da seleção natural sob a faculdade cognitiva. A concepção de que a faculdade cognitiva não é confiável, dado o naturalismo e a seleção natural é essencialmente errônea, pois para os autores, a principal pressão evolutiva que conduz a faculdade cognitiva é a detecção de verdade. Assim, o principal ponto da argumentação é refutar a ideia de que a noção de utilidade (derivada da noção de aptidão reprodutiva³) é uma alternativa (ou concorrente) à noção de detecção de verdade e precisão, como se aptidão e verdade fossem explicações concorrentes em um mesmo nível de análise. A visão correta da relação entre aptidão e detecção de verdade é que ambas são características complementares localizadas em níveis de análise diferentes.

Para tornar este ponto mais claro, Griffiths e Wilkins (idem, p.5) propõem um exemplo de seleção natural no tipo de sinal que os sapos dão a outros membros de sua espécie. Anteriormente, os sapos sinalizavam a outros membros de sua espécie a sua presença a partir de um tipo de vocalização específica. Contudo, alguns sapos passaram a sinalizar os membros de sua espécie de maneira diferente: com uma exibição visual, um tipo específico de movimento das pernas. Em comparação com a vocalização, o movimento das pernas é silencioso, podendo ser detectado em ambientes muito barulhentos. Mas, há outra explicação: o movimento de pernas é silencioso, podendo atrair menos predadores do que a vocalização. Assim, resolver a questão de qual das explicações do traço é a melhor (ou se ambas explicações combinadas) é uma tarefa da investigação científica posterior.

O ponto central com este exemplo é que existem três hipóteses empíricas distintas, sendo possível questionar qual das três é a mais viável. Contudo, não faz sentido questionar se balançar as pernas foi um comportamento selecionado por ser silencioso, ou por aumentar a aptidão reprodutiva, já que não se tratam de hipóteses que estão concorrendo (como as hipóteses da menor atração de predadores, e da possibilidade de comunicação em ambientes barulhentos). Existem várias alternativas de explicação para o mesmo fim, que é aumentar a aptidão reprodutiva, mas não faria sentido algum colocar o próprio fim como alternativa concorrente para o fim.

No caso da faculdade cognitiva, a aptidão reprodutiva não se trata de uma alternativa para a detecção de verdade, pois ambas nem sequer se encontram no mesmo nível de explicação. A explicação da detecção de verdade é uma explicação de nível inferior de explicação, pois se trata de um tipo de medida de interação ecológica com o ambiente. Um organismo pode ter sucesso na

3 A adequação reprodutiva de um organismo é definida pela proporção do gene de um organismo deixado para o fundo genético da próxima geração, ou seja, pelo número de descendentes deixado por um organismo (Okasha, 2013, p.3)

interação com o ambiente porque é melhor ao detectar a verdade (possuindo uma faculdade cognitiva mais precisa), da mesma forma que um organismo pode ter sucesso na interação com o ambiente porque possui um sistema respiratório mais eficiente. Faz sentido questionar a qual característica uma adaptação serve, mas “não faz nenhum sentido questionar se uma característica é uma adaptação para aptidão reprodutiva, já que isto é simplesmente repetir a definição de uma adaptação – uma característica que evoluiu porque aumentava a aptidão reprodutiva.” (GRIFFITHS; WILKINS, 2015, p.4, tradução nossa).

Ao elucidar que aptidão reprodutiva e detecção da verdade não estão em sentidos opostos, Griffiths e Wilkins podem formular o princípio central de sua teoria epistemológica: o Princípio da Ponte de Milvian⁴. O princípio da Ponte de Milvian liga a verdade das crenças ao sucesso prático desempenhado pelos organismos que possuem tais crenças. Este princípio metaepistemológico determina as condições sob as quais uma crença será considerada justificada (quando o sucesso prático estiver conectado com a detecção de verdade), e as condições sob as quais uma crença será considerada injustificada (quando o sucesso prático não estiver conectado com a detecção de verdade). A formulação do princípio seria a seguinte:

“Princípio da Ponte de Milvian: os fatos X são relacionados com o sucesso evolutivo das crenças X de maneira que é plausível aceitar e agir conforme as crenças X produzidas por nossas faculdades cognitivas evoluídas.” (GRIFFITHS, WILKINS, 2015, p.204, tradução nossa)

O princípio compõe, portanto, a forma geral de atribuição ou não de justificação epistêmica que constitui a epistemologia evolucionista, a saber, Argumento Desmantelador Evolutivo. Seguindo a formulação de Kyriacou (2017, p.2698), temos:

Premissa causal: A crença de S de que p é explicada por X.

Premissa Epistêmica: X é um processo que detecta (ou não) a verdade de p .

Princípio da Ponte de Milvian: os fatos X são relacionados com o sucesso evolutivo das crenças X de maneira que é plausível aceitar e agir conforme as crenças X produzidas por nossas faculdades cognitivas evoluídas. Em tais condições, o processo X é confiável. Em outras condições, o processo X não é confiável.

Conclusão: Logo, a crença de S de que p é justificada (ou injustificada).

[...] podemos distinguir quais processos são confiáveis e rastreiam a verdade e quais não são, com base em quais fatos verdadeiros a estrutura da teoria evolutiva poderia

4 O nome do princípio foi cunhado pela “semelhança” com a batalha pela Ponte de Milvian por Constantino. Alegadamente, Constantino venceu a batalha devido a “verdade” do cristianismo. A ideia central é que Constantino venceu pela aparente verdade do cristianismo, que estimulou a moralidade de suas tropas, independentemente do cristianismo ser realmente verdadeiro ou não.

justificar. A norma metaepistêmica reguladora, baseada na evolução, é agora direta: isto é, processos adaptativos e confiáveis de que a existência de fatos verdadeiros correspondentes que envolvem é justificada pela própria teoria evolucionista. Os fatos verdadeiros correspondentes, cuja existência a teoria evolutiva não suporta, são desacreditados como injustificados. (KYRIACOU, 2017, p. 2698)

Para derrotar o “ceticismo evolutivo global”, portanto, conecta-se a crença verdadeira ao sucesso prático de modo que a seleção natural tenha favorecido organismos que tenham formado crenças verdadeiras. Com o Princípio da Ponte de Milvian, é possível negar as duas visões que acarretam no argumento de Plantinga (que inviabilizaria uma formulação evolucionista da epistemologia): a visão a), a saber, a crença geral de que a seleção natural não tem nenhum objetivo de atingir a verdade, apenas o sucesso reprodutivo, e a visão b), a saber, a visão geral de que a seleção natural parece favorecer sistemas cognitivos não-confiáveis.

Para os autores, em alguns casos (quando ocorre uma “ponte de Milvian”), organismos que possuíam mecanismos mais apurados na detecção de verdade tiveram sua chance de sobrevivência aumentada. Portanto, nestes casos centrais, a pressão evolutiva que “dirige” a cognição humana é a detecção de verdade, refutando diretamente a visão a). Assim, mesmo nas situações em que a seleção favoreceu mecanismos não confiáveis, o fez visando obter o máximo de verdade possível, dado as limitações da cognição humana. Em outras palavras, um mecanismo que formasse apenas crenças verdadeiras em todas as circunstâncias seria um requerimento incompatível com a própria estrutura cognitiva dos seres humanos, que são seres falhos. Seria impossível que a seleção natural moldasse faculdades cognitivas ideais (somente um deus ou agente epistêmico “supremo” conseguiria moldar tais faculdades cognitivas). Assim, a seleção natural molda faculdades cognitivas as mais precisas possíveis, conforme as limitações da estrutura biológica humana, e do ambiente ao qual os seres humanos estão expostos. Deste modo, refuta-se diretamente a visão b), pois mesmo quando a seleção natural favorece mecanismos aparentemente defeituosos, o está fazendo por serem os melhores dentro das opções disponíveis.

Após mostrar que a aptidão reprodutiva e a detecção de verdade não são explicações concorrentes para um mesmo fenômeno, e assim estabelecer o Princípio da Ponte de Milvian, contudo, cabe aos autores responderem uma questão central empírica, que emerge do próprio princípio: por que as faculdades cognitivas são adaptações selecionadas para detectar a verdade? Ou, em outras palavras, o que prova que as faculdades cognitivas são adaptações selecionadas para detectar a verdade?

3.1 Justificando o princípio

A objeção de que os mecanismos cognitivos podem não se tratar de adaptações (traços que evoluíram para aumentar a aptidão reprodutiva) é facilmente minimizada empiricamente. Mecanismos cognitivos são muito “caros” evolutivamente. Se estes não se tratassem de adaptações, já teriam sido eliminados pela seleção natural. Pois, de acordo com Griffiths e Wilkins (2015, p.208), o cérebro humano é composto de cerca de 2% da massa do corpo humano, e é responsável por cerca de 20% do consumo de oxigênio. Produzir crenças (verdadeiras ou falsas) custa, portanto, um alto preço evolutivo. Este ponto leva a resposta para a segunda objeção: dado o alto custo de formar crenças, o valor “retorna” para o indivíduo caso as crenças sejam verdadeiras. Pois, se um mecanismo cognitivo representar o mundo de maneira correta, e o indivíduo agir conforme a maneira que representou o mundo, terá sucesso em suas ações. De maneira contrária, se um mecanismo cognitivo representar o mundo de maneira incorreta, e o indivíduo agir conforme a maneira que representou o mundo, não terá sucesso em suas ações, e o “custo” pago para produzir as crenças não terá qualquer retorno para o indivíduo. Em outras palavras, quando os mecanismos falham na detecção da verdade, representando o mundo de maneira incorreta, isto gera um prejuízo pragmático para os organismos, já que suas ações são frustradas, e preciosos recursos são desperdiçados (recursos empregados no processo de formar as crenças).

Contudo, ainda que seja muito mais vantajoso para os indivíduos mecanismos precisos, que formem crenças verdadeiras com alta frequência, ainda assim tais mecanismos enfrentam limitações (como qualquer processo evolutivo). As duas principais limitações à detecção de verdade apontadas por Griffiths e Wilkins são: i) o custo da detecção da verdade e a ii) estrutura lógica intrínseca a atividade cognitiva. Quanto a limitação i), os organismos possuem recursos limitados, e a detecção de verdade não é a única coisa que eles podem fazer visando a sua sobrevivência. Os recursos alocados para formação de crenças verdadeiras resultam em menos recursos para produção de espermatozoides, por exemplo, ou menos recursos para fortalecer os tecidos quando o organismo entra na fase de envelhecimento. Se os benefícios para aptidão reprodutiva forem maiores, alocando maiores recursos para funções mais vitais (como as supracitadas), então menos recursos serão alocados para desenvolver organismos com mais crenças verdadeiras, tornando a faculdade da cognição humana cada vez mais precisa.

Quanto a limitação ii), esta emerge da própria estrutura lógica intrínseca a tarefa cognitiva. A própria estrutura lógica da tarefa cognitiva, a saber, formar crenças verdadeiras mostra que é impossível formar crenças verdadeiras sem também formar algumas crenças falsas. Por exemplo, todas as vezes que um organismo está em uma situação de dúvida, é impossível reduzir os riscos de acreditar em algo que não é verdadeiro, sem também aumentar os riscos de não acreditar em algo que é verdadeiro. Como os organismos inúmeras vezes precisam fazer escolhas cognitivas em situações de dúvida, devem balancear entre esses dois tipos de erros para atingir um saldo epistêmico positivo.

O ponto central é que mesmo com limitações inevitáveis, a faculdade cognitiva trata-se de uma adaptação que visa detectar a verdade com a maior precisão, e menor quantidade de erros possível. O “equilíbrio” entre precisão e erro é determinado pelo sucesso prático que os acertos na detecção da verdade geram para o organismo, por um lado, e pelas limitações que levam ao erro por outro. O resultado final de tal faculdade cognitiva não é nem uma faculdade infalível, que detecta a verdade com a mais alta precisão em todas as circunstâncias, nem uma faculdade completamente não-confiável, que não detecta a verdade em nenhuma circunstância por priorizar a aptidão reprodutiva. Como foi mostrado, a verdade é um dos caminhos para a aptidão reprodutiva, pois molda o sucesso das ações dos organismos no mundo.

Com a justificação empírica do princípio estabelecida, que evidencia a conexão entre detecção de verdade e sucesso prático, Griffiths e Wilkins partem para a aplicação do princípio em dois âmbitos diferentes: o âmbito das crenças do senso comum, na qual o princípio se aplica, e o mecanismo consequentemente é considerado confiável, e o âmbito das crenças morais, no qual o princípio não se aplica, e o mecanismo consequentemente é considerado não confiável. Contudo, os autores deixam de lado um dos aspectos filosóficos principais para uma melhor compreensão de seu projeto de estruturação da epistemologia evolucionista: uma explicação mais clara acerca da noção de “detecção de verdade”. Assim, antes da aplicação do princípio nos dois âmbitos do conhecimento, abordaremos o ponto da detecção da verdade.

3.2 Detecção de verdade: segurança e sensibilidade modal

Uma das formas mais paradigmáticas de formulação da concepção que um mecanismo formador de crenças confiável com base na detecção de verdade é aquela apresentada por Nozick (1981). Esta formulação foi realizada no intuito de afastar a sorte epistêmica das perspectivas confiabilistas. Assim, visa responder a seguinte pergunta: “a crença verdadeira em questão poderia facilmente ser falsa?”. Se a resposta for sim, então se conclui que se atingiu a verdade da crença por sorte, não se tratando de um caso de conhecimento. Se a resposta for não, então se conclui que a detecção da verdade foi intencional, se tratando de um caso de conhecimento. Para definir a detecção de verdade, normalmente são utilizados dois condicionais subjuntivos, que expressam um teste contrafactual. São estes, conforme Perini-Santos (2018, p.11):

(TC – Sensibilidade): a crença de S de que p é sensível se, e somente se, se p fosse falso, então S provavelmente não acreditaria que p.⁵

5 Para maior elucidação, considere o seguinte exemplo: suponha que João acredita que o gato está no tapete, mas o método que ele usou para chegar a esta crença foi a leitura de uma borra de café. A partir da

(TC – Segurança): a crença de S que p é segura se, e somente se, se S acreditasse em p, provavelmente p seria verdadeiro.⁶

De maneira modal, o teste seria formulado da seguinte maneira, conforme Richard Joyce (2016, p.139):

(TC – Sensibilidade)': a crença de S de que p é sensível se, e somente se, S consegue distinguir o mundo atual, no qual p é verdadeiro, de mundos possíveis vizinhos nos quais p é falso.

(TC – Segurança)': a crença de S de que p é segura se, e somente se, em todos os mundos possíveis vizinhos (*nearby*) em que S acredita que p, então p.

Assim, estabelece-se que, para que um mecanismo formador de crenças seja considerado confiável, este mecanismo precisa detectar a verdade. Para que um mecanismo detecte a verdade, por sua vez, deve cumprir com os critérios de segurança e sensibilidade. Dada a explicação das condições de detecção de verdade que compõem a justificação do princípio, cabe, assim, analisar a aplicação do princípio em dois domínios do conhecimento humano: o senso comum e a moralidade.

3.3 O princípio da Ponte de Milvian no âmbito do senso comum e da moralidade

Griffiths e Wilkins aplicam o Princípio da Ponte de Milvian, originalmente, a quatro âmbitos das crenças humanas: o âmbito das crenças do senso comum, da ciência, da moralidade e da religião. Para os propósitos do presente artigo, optamos por analisar a aplicação do princípio no âmbito do senso comum e da moralidade por ambos serem contrastantes: no caso das crenças do senso comum, há uma ponte de Milvian que liga a detecção de verdade ao sucesso prático, enquanto no caso das crenças morais, não há uma ponte de Milvian que liga a detecção de verdade ao sucesso prático.

No caso das crenças morais, a partir da genealogia evolucionista das mesmas, evidencia-se que estas serviam a um propósito: a eficácia no aumento da aptidão reprodutiva através da coesão do grupo (Ruse, 1986; Joyce, 2006; Fraser, 2013), que não possui qualquer relação com a detecção da verdade. A explicação genealógica evolucionista das nossas crenças morais evidencia que estas foram adotadas por razões puramente pragmáticas, sem qualquer exigência de precisão cognitiva. Em outras palavras, aqueles humanos ancestrais que possuíam crenças morais obtinham vantagem frente aqueles

pressuposição plausível de que este método não se trata de um bom método para formar crenças verdadeiras, se infere que caso fosse falso que o gato está no tapete, João permaneceria mantendo a crença do mesmo jeito.

6 Para maior elucidação, considere, por sua vez, o seguinte exemplo: suponha que Ana acredita verdadeiramente que hoje é sexta, mas o método utilizado para formar essa crença é que é sexta-feira todas as vezes que João aparece utilizando uma camiseta verde. Se João apareceu utilizando uma camiseta vermelha na sexta, Ana acreditaria que não é sexta, violando a segurança.

que não possuíam, e, conseqüentemente, via seleção natural, o processo formador de crenças morais evoluiu nos seres humanos.

Neste caso, o relevante é que o sucesso prático do processo não está ligado com a precisão do processo, ou seja, com a detecção da verdade. Os seres humanos não se beneficiariam em suas ações com um mecanismo de representações apurados, pois não há qualquer exigência de detecção de verdade e precisão na representação dos fatos. Não há, portanto, uma ponte de Milvian entre a representação apurada dos fatos pelo mecanismo cognitivo com o aumento da aptidão reprodutiva (sucesso pratico) dos organismos. Pois, a explicação contemporânea da moralidade não envolve nenhuma vantagem adaptativa conferida por detectar e agir conforme fatos morais objetivos. Assim, conclui-se que as crenças morais não são formadas por um mecanismo formador de crenças confiável, sendo instaurado um tipo de ceticismo acerca da justificação das crenças morais. “Não há nenhuma ponte de Milvian avaliável para conectar a verdade moral com o sucesso prático e assim defende-la do ceticismo evolutivo.” (GRIFFITHS; WILKINS, 2015, p.221, tradução nossa). Em suma, com a genealogia das crenças morais, evidencia-se o propósito evolutivo a que estas serviram (que não se conecta com a verdade), e assim a justificação destas crenças é desmantelada.

No caso do processo formador de crenças do senso comum⁷, a detecção de verdade é imprescindível para o sucesso prático, e, conseqüentemente, o processo foi selecionado pela seleção natural. Joyce (2006, p.183) aponta para um exemplo esclarecedor: suponha que um humano ancestral cometeu um erro, ou seja, falhou em detectar a verdade ao formar a crença factual de que “Há dois predadores perigosos se aproximando”, pois haviam cinco predadores

7 Por senso comum, de maneira geral, Griffiths e Wilkins (2015, p. 213) consideram as crenças do cotidiano, que guiam nossas ações mundanas e são partilhadas pelos indivíduos. Os autores afirmam estarem seguindo a caracterização das crenças do senso comum (2015, p. 213) oferecidas por G. E. Moore. As proposições do senso comum, segundo Moore, além de existirem independentemente da mente do sujeito (mind-independence), são: I) proposições empíricas (e, portanto, contingentes); II) proposições verdadeiras conhecidas com certeza, mesmo que não saibamos como (sem justificação) e III) “truísmos óbvios”. Contudo, Stroll (1994, p. 32) aponta que tais critérios fornecidos por Moore são insuficientes para determinar quais são as proposições do senso comum. De tal forma, Stroll (1994, ibidem) propõe dois “suplementos” para a definição de Moore, no intuito de reduzir o escopo das proposições do senso comum:

S1: proposições do senso comum não são proposições da visão científica do mundo.

S2: proposições do senso comum são independentes do contexto (context-independent).

S1 ocorre devido a visão do senso comum ser mais profunda e primitiva que a visão científica, antecedendo assim a ciência (isto implica que a ciência deve se adequar ao senso comum, pois este é base do próprio conhecimento científico). Sendo assim, proposições como P1 – ‘A Terra possui 4.5 bilhões de anos’ não podem ser consideradas proposições do senso comum de acordo com S1, pois a proposição P1 é “(...) produto de pesquisa técnica e especializada” (STROLL, 1994, p.34, tradução nossa), enquanto proposições como P2 – ‘A Terra é muito velha’ são consideradas produto do senso comum devido a seu caráter pré-científico. Por sua vez, S2 ocorre devido a proposições do senso comum não terem sua verdade dependente do contexto em que são pronunciadas, pois “(...) a verdade destas proposições, dado o conteúdo conceitual delas, não depende das circunstâncias nas quais elas são ditas” (STROLL, 1994, p. 36, tradução nossa). Sendo assim, proposições como P3 – ‘Existem outros indivíduos no cômodo ao lado’ não são parte do senso comum por S2, enquanto proposições como P4 – ‘Existem seres humanos’ são parte do senso comum.

se aproximando. Esta falha na detecção custa um alto preço de seleção, pois possivelmente custa a vida daquele indivíduo que cometeu o erro. Assim, a seleção natural favorece aqueles indivíduos que possuem um processo apurado na detecção da verdade, pois está diretamente ligada com o sucesso prático. Neste caso há uma ponte de Milvian conectando o sucesso prático com a detecção da verdade. Pois, a inadequação e os erros nas representações dos fatos X incorreriam em grandes prejuízos práticos para os organismos que formaram tais crenças X, baseadas nos fatos X.

Ao contrário do caso do processo formador de crenças do senso comum, no caso do processo formador de crenças morais, a questão da verdade é simplesmente irrelevante, pois estas crenças são formadas sendo verdadeiras ou não. Em outras palavras, se as crenças morais fossem falsas, então não seria provável que os agentes cognitivos deixassem de manter tais crenças, não cumprindo com o critério de segurança; do mesmo modo, se as crenças morais fossem verdadeiras, não seria provável que os agentes cognitivos permanecessem com estas crenças, não cumprindo também com o critério de sensibilidade. Como o processo formador de crenças morais não cumpre com as condições de segurança e sensibilidade, este processo não é confiável, e conseqüentemente não gera crenças justificadas.

No caso das crenças do senso comum, se as crenças fossem falsas, então não seria provável que os agentes cognitivos permanecessem mantendo tais crenças (pois isto não seria benéfico adaptativamente, diminuindo a aptidão reprodutiva dos seres humanos), cumprindo com o critério de segurança; do mesmo modo, se as crenças fossem verdadeiras, então seria provável que os agentes cognitivos permanecessem mantendo tais crenças (pois isto seria benéfico adaptativamente, aumentando a aptidão reprodutiva dos seres humanos), cumprindo com o critério de sensibilidade. Deste modo, cumprindo com os critérios de sensibilidade e segurança, o mecanismo formador de crenças do senso comum detecta a verdade, e, conseqüentemente, trata-se de um mecanismo formador de crenças confiável. O princípio da ponte de Milvian consegue, assim, refutar a concepção de “ceticismo evolutivo” como um tipo de ceticismo global, pois evidencia-se que um mecanismo que forma grande parte de nossas crenças é confiável, gerando crenças justificadas pois a pressão evolutiva o moldou assim, detectando a verdade.

Porém, a epistemologia evolutiva de Wilkins e Griffiths apenas enfrentou o desafio inicial. Christos Kyriacou (2017) formulou uma forte crítica ao Princípio da Ponte de Milvian, mostrando que, caso os autores não especifiquem seus comprometimentos metaepistemológicos, o princípio cairá em autorrefutação e ceticismo global (do mesmo modo que as críticas iniciais). Abordaremos como Kyriacou estrutura sua crítica na próxima seção.

4. A CRITICA DO AUTODESMANTELAMENTO DE CHRISTOS KYRIACOU

De acordo com Kyriacou (2016, p.1352), a epistemologia evolutiva possui dois componentes centrais: um epistêmico/normativo, e um causal/psicológico. No ponto epistêmico/normativo, é sugerido que certo tipo de processo cognitivo não é confiável à luz do pano de fundo da teoria evolucionista, e deve-se afastar entidades, fatos, verdades e etc. duvidosos. Normalmente se conferiu que processos cognitivos valorativos (morais, religiosos, etc.) se tratavam de processos cognitivos não confiáveis, enquanto processos cognitivos factuais (crenças do senso comum e da ciência) se tratavam de processos cognitivos confiáveis. No ponto causal/psicológico, é sugerido que se oferece uma história evolutiva psicológica do porque somos propensos a ter certo tipo de crença (moral, factual, etc.) porque possuir este tipo de crença fez com que nossos ancestrais tivessem uma vantagem evolutiva sob aqueles que não possuíam tais crenças. A combinação dos dois pontos parece acabar com qualquer tipo de realismo nos âmbitos normativos. Assim, ocorre o que Kyriacou (2016, p.1352) chama de “manobra do desmantelamento evolutivo”: a partir de uma história explicativa do porquê tendemos a possuir as crenças que possuímos, e porque essas crenças são injustificadas, a ontologia correspondente a estas deveria ser desmantelada.

Contudo, a “manobra do desmantelamento evolutivo” leva a um problema metaepistemológico: o problema do autodesmantelamento. Em linhas gerais, o que o problema indica é que visões evolutivas da epistemologia parecem se autorrefutar, e por isso teríamos, *prima facie*, boas razões epistêmicas para rejeitar essas visões. O ponto central é que a visão evolutiva da epistemologia parece sempre desmantelar, ou considerar injustificadas qualquer fato ou propriedade normativa. Consequentemente, as normas e fatos da justificação epistêmica são igualmente normativos, e na visão de Kyriacou (2016, p. 1353) a epistemologia evolutiva igualmente desmantelaria os fatos e normas epistêmicas, bem como consideraria as crenças acerca destes fatos e normas injustificadas. A epistemologia evolucionista acabaria caindo no antirrealismo acerca das normas, propriedades e fatos acerca da justificação. Este resultado parece ir longe demais, pois acabaria desmantelando a própria epistemologia evolucionista.

Se não há qualquer norma ou fato para a justificação, a epistemologia evolucionista não pode operar racionalmente e distinguir quais categorias de crenças são justificadas (ou injustificadas). Em outras palavras,

[...] se não há qualquer propriedade, fato, etc. em virtude das quais as crenças justificadas são justificadas, então não há nenhuma crença justificada. E se não há nenhuma crença justificada, então a epistemologia evolucionista é injustificada e,

consequentemente, auto-desmantelada. (KYRIACOU, 2016, p. 1354, tradução nossa)

Assim, a epistemologia evolucionista parece acabar retornando a seu problema inicial: um tipo de ceticismo global evolutivo, no qual nenhum mecanismo cognitivo pode ser considerado confiável, dado que não há qualquer norma epistêmica que forneça o critério para a confiabilidade dos mecanismos. Sob este pano de fundo de aparente inviabilização da epistemologia evolucionista em geral, Kyriacou propõe-se a analisar diretamente a formulação de Griffiths e Wilkins com o Princípio da Ponte de Milvian.

4.1 A desestabilização do Princípio da Ponte de Milvian

De acordo com Kyriacou, Wilkins e Griffiths formulam uma das versões mais sofisticadas da epistemologia evolucionista. O ponto central na argumentação de Griffiths e Wilkins para Kyriacou é o princípio metaepistemológico da ponte de Milvian, pois este aponta como podemos distinguir entre processos que são confiáveis e detectam a verdade, e processo que não são baseados em fatos que tornariam as crenças verdadeiras. A norma epistêmica é dirigida pela evolução, e os processos confiáveis são adaptados conforme a correspondência da verdade com os fatos (o que confere justificção as crenças). Sob esta perspectiva, mecanismos formadores de crenças valorativas (como a moralidade) são ‘desmantelados’, pois os fatos morais não parecem se relacionar com o sucesso evolutivo na detecção e correspondência a estes fatos, não sendo razoável aceitá-los como justificados. Em outras palavras, a teoria evolutiva não justifica a crença na existência de tais fatos porque as crenças morais foram adotadas sem qualquer comprometimento com a correspondência aos fatos (não há uma ponte de Milvian).

Assim, ao dismantelar fatos ou propriedades normativas, o Princípio da Ponte de Milvian, para Kyriacou, recai no problema de autorrefutação de duas maneiras diferentes. A primeira ocorre porque o próprio princípio da Ponte de Milvian não é relacionado com o sucesso evolutivo de modo que seja razoável aceitar e agir conforme esta crença produzida por nossas faculdades evoluídas. Não há uma Ponte de Milvian conectando a verdade do princípio com o sucesso prático. Afinal, é difícil enxergar como o princípio estaria conectado com o sucesso evolutivo dos seres humanos ancestrais de modo que seja razoável aceitar e agir conforme este princípio (as necessidades no período dos humanos ancestrais não estavam conectadas com abstração teórica, mas com sobrevivência imediata).

A segunda maneira ocorre quando o Princípio da Ponte de Milvian é utilizado para ‘desmantelar’ fatos ou propriedades normativas, afirmando que a evolução não é um processo

que detecta a verdade acerca de verdades normativas/avaliativas. Contudo, isto implica que, a partir da própria teoria epistemológica, a mesma é autorrefutada, pois a teoria epistemológica que afirma a falta de confiabilidade do mecanismo formador de crenças avaliativas é composta de princípios normativos (como a Ponte de Milvian). Assim, novamente, não há critério para determinar qual crença é justificada e qual crença é injustificada, recaindo em um ceticismo global acerca da justificação. Kyriacou deixa, portanto, para os proponentes da epistemologia evolutiva, o desafio de resolver seu princípio metaepistemológico e o decorrente conflito de autorrefutação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do argumento de Plantinga, constatou-se que este apontava para a impossibilidade de sustentação racional de uma posição evolucionista naturalista em epistemologia, dado que esta resultaria em autorrefutação e decorrente ceticismo global. Após, foi evidenciado que a teoria de Griffiths e Wilkins conseguia superar este desafio com a reconexão da detecção da verdade com o sucesso prático, tomando-as não mais como concorrentes explicativas (como tomado por Plantinga), mas como complementares em níveis diferentes de uma mesma explicação.

Com a reconexão entre detecção de verdade e sucesso prático, Griffiths e Wilkins estabelecem o princípio metaepistemológico da ponte de Milvian, que estabelece nos Argumentos Desmanteladores Evolutivos quais crenças são justificadas, e quais crenças são injustificadas. Ademais, o princípio mostra-se justificado tanto empiricamente, quanto epistemologicamente (com a especificação da noção de detecção de verdade), podendo ser estabelecido sem grandes objeções. Assim, evidencia-se que a epistemologia evolutiva não necessariamente cai em autorrefutação e ceticismo global, pois o princípio da Ponte de Milvian garantia que as crenças do senso comum (e da ciência) são justificadas.

Contudo, com a análise e objeção de Kyriacou, tornou-se evidente que a epistemologia evolucionista proposta por Griffiths e Wilkins não é tão segura quanto aparentava. Com a crítica ao ponto do desmantelamento da normatividade, mostrou-se que o princípio novamente incorre no problema da autorrefutação (e decorrente ceticismo global), devendo superar um grande obstáculo metaepistemológico antes que possa ser solidamente sustentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRASER, B. Evolutionary Debunking Arguments and the Reliability of Moral Cognition. **Springer**, p.457-473, 2013

JOYCE, R. **The evolution of morality**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

KYRIACOU, C. Are Evolutionary Debunking Arguments Self-Debunking?. **Springer**, 2016, pp.1351-1366.

_____. Evolutionary debunking: the Milvian Bridge destabilized. **Springer**, 2017, pp.2695-2713.

NOZICK, R. **Philosophical Explanations**. Oxford: Clarendon, 1981.

OKASHA, S. Biological Altruism. In: Stanford Enciclopaedia of Philosophy, Edward Zalta (ed.), 2013.

PERINI-SANTOS, E. Fiabilismo. In: Compendio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica. SANTOS, R.; GALVAO, P. (eds.). 2018.

PLANTINGA, A. **Where the conflict really lies**: Science, religion and naturalism. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RUSE, M. Evolutionary ethics: A phoenix arisen. *Zygon*, 21(1), 95–112, 1986.

STROLL, A. *Moore and Wittgenstein On Certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

WILKINS, J.; GRIFFITHS, P. Crossing the Milvian Bridge: When do Evolutionary Explanations of Belief Debunk. In G. Dawes, & J. MacLaurin, **A New Science of Religion**. New York: Routledge, 2015, pp.201-231.